



SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E DO TURISMO  
Rua Direita, nº 755 - Bairro Centro - CEP 33.010-000 - Santa Luzia - MG

## TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

Número o Termo de Referência: 05/2026

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS PARA ORDEM DE FORNECIMENTO.

1.1. ORDEM DE FORNECIMENTO PARA COMPRA DA PLACA MONUMENTAL DA “BATALHA DE SANTA LUZIA” REVOLUÇÃO LIBERAL E PLACAS E TOTENS PARA A PRAÇA SENADOR MODESTINO GONÇALVES E ESTAÇÃO FERROVIÁRIA SANTA LUZIA , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	<p>Placa Monumental da Batalha de Santa Luzia. Produzida em processo de fundição em liga de Bronze com e com texto em alto-relevo e acabamento co 4 furos para fixação com medidas 60 cm comprimento superior, 60 cm de altura e 77 cm de comprimento de base inferior, placa em formato geométrico trapézio e espessura 10 mm. com texto escrito em Latim.</p> <p><b>HIC A.D. XIII KAL. SEPT. ANNO MDCCCXLII SEDITIO CONFECTA EST</b></p> <p><b>BONI VIRI PATRIÆ DEDITI UTRIMQUE DIMICAVÉRUNT COPIÆ IMPERIALES CAXIAS DUCE VICTRICES BRASILÆ PACEM ORDINEM AC STABILITATEM RETULERUNT</b></p> <p><b>1842 — 1942</b></p>	Unidade	01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	<p>Toten personalizado em aço de espessura de 3 mm com altura de 102 mm e largura de 42,5 mm.</p> <p>Placa Monumental da Batalha de Santa Luzia. Processo de corrosão planejada</p> <p>processo de fundição da liga de Bronze com e com texto em alto-relevo e acabamento escovado, para fixação com medidas 60 cm comprimento superior, 60 cm de altura e 77 cm de comprimento de base inferior, placa em formato geométrico trapézio e espessura 10 mm, com texto escrito em Latim. O projeto com as devidas especificações seguem em anexo.</p> <p><b>A.D. XIII KAL. SEPT. ANNO MDCCCXLII SEDITIO CONFECTA EST BONI VIRI PATRIE DEDITI UTRIMQUE DIMICAVERUNT COPIE IMPERIALES CAXIAS DUCE VICTRICES BRASILLAE PAGEM ORDINEM AC STABILITATEM RETULERUNT</b></p> <p>Com medidas, texto e cores pré-determinada em projeto para Estação ferroviária.</p>	<p>Unidade</p> <p>Unidade</p> <p>Unidade</p>	<p>02</p> <p>01</p> <p>02</p>

O projeto com as devidas especificações seguem em anexo.

1.2. O objeto desta ordem de fornecimento não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.	Unidade	02
1.3. Os bens, objeto desta ordem de fornecimento, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.		
1.4. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 100 da Lei nº 14.133/2021.		
1.5. O eventual contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da eventual contratação.		
<b>Memorial descritivo</b>		
<p><b>Item 1 – Placa Memorial da Batalha de Santa Luzia - MG</b></p> <p>Toten personalizado em aço de espessura de 3 mm com altura de 102 mm e largura de 42,5 mm.</p> <p>A Secretária Municipal de Cultura e do Turismo do Município de Santa Luzia/MG, identifica a necessidade de aquisição de 01 Placa Monumental que consagra a Batalha de Santa Luzia que se comemora no dia 20 de agosto. Evento Cívico Cultura comemorativo da Batalha Liberal de 20 de agosto de 1842.</p> <p>Considerando, a data civil cultural de 20 de agosto de 1842 que ocorreu a Revolução Liberal, nesta</p>	Unidade	02

celebração se condecora com a medalha Cruz da Batalha de Santa Luzia de acordo com a Lei nº 1.880, de 03 de julho de 1996, instituiu em seu art. 1º conferida mediante diploma, destinada a homenagear, por mérito, as personalidades civis e militares e instituições públicas ou privadas, as quais tenham contribuído, de forma decisiva, para a preservação de **identidade cultural** em seus diversos segmentos e/ou prestado serviços relevantes ao **ensino, à Administração e à vida pública** do Município;

### **Item 2 – Placa de sinalização em formato de Totens para Praça Senador Modestino Gonçalves.**

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Santa Luzia/MG identifica a necessidade de aquisição e instalação das placas e totens que possibilitará a identificação, contextualização histórica e interpretação cultural da Praça Senador Modestino Gonçalves, bens de reconhecida relevância histórica, arquitetônica e cultural para o Município de Santa Luzia/MG. Tais elementos cumprem importante função de difusão do conhecimento, fortalecimento da identidade cultural local e promoção da educação patrimonial junto à população e visitantes.

Ressalta-se que os totens e placas integram os elementos complementares essenciais à adequada conclusão das intervenções urbanísticas e paisagísticas executadas, não se tratando de itens acessórios ou meramente decorativos. Sua ausência compromete a compreensão histórica e interpretativa dos espaços públicos requalificados, reduzindo a efetividade das ações de valorização patrimonial e limitando o alcance das políticas públicas de preservação e difusão cultural promovidas pelo Município. O projeto com as devidas especificações seguem em anexo.

### **Item 3 – Placa de sinalização em formato de Totem para Estação Ferroviária.**

A Secretaria Municipal de Cultura e do Turismo de Santa Luzia/MG a aquisição e instalação das placas e totens possibilitará a identificação, contextualização histórica e interpretação cultural da Estação Ferroviária, bens de reconhecida relevância histórica, arquitetônica e cultural para o Município de Santa Luzia/MG. Tais elementos cumprem importante função de difusão do conhecimento, fortalecimento da identidade cultural local e promoção da educação patrimonial junto à população e visitantes.

Ressalta-se que os totens e placas integram os elementos complementares essenciais à adequada conclusão das intervenções urbanísticas e paisagísticas executadas, não se tratando de itens acessórios ou meramente decorativos. Sua ausência compromete a compreensão histórica e interpretativa dos espaços públicos requalificados, reduzindo a efetividade das ações de valorização patrimonial e limitando o alcance das políticas públicas de preservação e difusão cultural promovidas pelo Município. O projeto com as devidas especificações seguem em anexo.

CONSIDERANDO que a Placa Monumental valoriza e preserva a história municipal com relevância nacional, e valorização da do Patrimônio Cultural do município, proporcionando educação histórica para munícipes e visitantes.

CONSIDERANDO, que a ausência da placa monumental compromete a identificação do local e a contextualização da história Luziense.



## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA ORDEM DE FORNECIMENTO.**

2.1. A Fundamentação da Ordem de Fornecimento e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. *A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização de Despesa.*

## **4. REQUISITOS PARA ORDEM DE FORNECIMENTO.**

### **Subcontratação**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. Prazo de entrega dos serviços: até 10 (dez) dias úteis contados da aprovação final da prova de impressão a que se refere o item anterior.

5.2. A empresa signatária deverá entregar os objetos cotados, conforme as particularidades e demais condições estipuladas em sua proposta comercial. Deverá a empresa signatária comunicar à prefeitura, por intermédio da Secretaria de Administração, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, a impossibilidade do cumprimento do fornecimento, informando os motivos correlatos.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida VIII, nº: 50 B. Carreira Comprida – Santa Luzia/MG – CEP 33.045-090 Tel: (31) 3641-5257.

## **5.5. Garantia manutenção e assistência técnica**

5.6. A garantia mínima aplicada é a prevista no Código de Defesa do Consumidor.

5.7. Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido.

5.8. Não será aceita imposição de valor mínimo para atendimento às Ordens de Fornecimento ou documento semelhante

## **6. MODELO DE GESTÃO PARA ORDEM DE FORNECIMENTO.**

6.1. A ordem de fornecimento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do eventual contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a eventual contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da eventual contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do eventual contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do eventual contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no eventual contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do eventual contrato anotará no histórico de gerenciamento do eventual contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do eventual contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do eventual contrato emitirá notificações para a correção da execução do eventual contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do eventual contrato informará ao gestor do eventual contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do eventual contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do eventual contrato. ([Decreto nº](#)

[11.246, de 2022, art. 22, V\).](#)

6.7.5. O fiscal técnico do eventual contrato comunicar ao gestor do eventual contrato, em tempo hábil, o término do eventual contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII\).](#)

6.8. O fiscal administrativo do eventual contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da eventual contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022\).](#)

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do eventual contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do eventual contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV\).](#)

6.9. O gestor do eventual contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do eventual contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do eventual contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do eventual contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV\).](#)

6.9.1. O gestor do eventual contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da eventual contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III\).](#)

6.9.2. O gestor do eventual contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do eventual contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do eventual contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II\).](#)

6.9.3. O gestor do eventual contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo eventual contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII\).](#)

6.9.4. O gestor do eventual contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X\).](#)

6.10. O fiscal administrativo do eventual contrato comunicará ao gestor do eventual contrato, em tempo hábil, o término do eventual contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII\).](#)

6.11. O gestor do eventual contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a eventual contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI\).](#)

GESTOR DO EVENTUALCONTRATO:

Nome: **Marco Aurélio Carvalho Fonseca**  
Matrícula: 36.680  
E-mail: cultura@santaluzia.mg.gov.br  
Tel.: (31) 3649-7202

**FISCAL DO EVENTUAL CONTRATO:**

Nome: Julimar Duarte Elias  
Matrícula: 40.130  
E-mail: julimarelias@santaluzia.mg.gov.br  
Tel.: (31) 3649-7202

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do eventual contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo eventual contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos para fins de liquidação, na forma desta seção, nos termos [do artigo 9º, do Decreto Municipal 3.526, de 11 de Fevereiro de 2020](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o eventual contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do eventual contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do eventual contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o eventual contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do eventual contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o eventual contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao eventual contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o eventual contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19. No caso de atraso pelo Eventual Contratante, os valores devidos ao eventual contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,

mediante aplicação do índice **IPCA - e** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo eventual contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Eventual contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. ÍNDICE DE REAJUSTE CONTRATUAL**

8.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do eventual contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2. Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao eventual contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgada(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.30 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO.

## Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 10. Habilitação jurídica

10.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3. **Micro empreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;);

10.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

10.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 11. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital e Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.6. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.8. O fornecedor enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

12.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

12.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

12.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável em Longo Prazo )/( Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

12.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

12.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

12.7. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

### **13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

#### **13.1. Qualificação técnico-operacional**

13.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

13.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação é de R\$ 20.149,81(vinte mil cento e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

### **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

13.122.2001.2080 MANUT.SEC.MUN.DE CULTURA E TURISMO	
Código Natureza	3.3.90.39.00.00
Elemento de Despesa	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídicos
Fonte	1500
Ficha	1862

*A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

*Santa Luzia/MG 26 de junho de 2026.*

Servidor Responsável pela elaboração do Termo de Referência – TR

Julimar Duarte Elias

**Regilene de Carvalho Rodrigues**  
Secretaria Municipal de Cultura e do Turismo  
Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG



Documento assinado eletronicamente por **Regilene de Carvalho Rodrigues**, Secretária, em 29/06/2026, às 09:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.santaluzia.mg.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **0378800** e o código CRC **F3AFF471**.

---

26.11.000000207-6

0378800v3